

## **A diminuição das despesas militares como condição para combater a pobreza e as desigualdades nos Relatórios do Desenvolvimento Humano do PNUD/ONU**

Maria José de Rezende  
E-mail: [mjderezende@gmail.com](mailto:mjderezende@gmail.com)  
Universidade Estadual de Londrina  
Brasil

**Resumo:** Os Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) encomendados e encampados, anualmente, pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento, desde 1990, trazem inúmeros diagnósticos acerca das condições de pobreza, de exclusão e de miserabilidade vigentes no mundo atual. Seus elaboradores tecem argumentos e narrativas que situam o problema do desenvolvimento no âmbito das melhorias no campo da renda, da saúde e da educação. Esta pesquisa busca compreender o significado político dos diagnósticos e das prescrições assentados no entendimento de que é preciso mudar as prioridades orçamentárias que orientam às ações políticas de quase todos os Estados Nacionais. Entre as muitas sugestões de ações estão aquelas que defendem a diminuição dos gastos militares como uma das condições básicas para que haja um processo global de ampliação do desenvolvimento e da segurança humana. As prescrições de diminuição das despesas militares como condição essencial para ampliar as chances de expandir as políticas de desenvolvimento humano devem ser lidas à luz de um dado contexto histórico constituído de jogos de poder complexos em múltiplos níveis e de desequilíbrios de poder cada vez mais acentuados.

**Palavras-chaves:** Gastos militares, desenvolvimento humano, pobreza.

**Abstract:** The Human Development Reports (HDRs) commissioned and sponsored annually by the United Nations Development Program (UNDP), since 1990, provide numerous diagnoses of the conditions of poverty, exclusion and miserability in the world today. Their developers construct arguments and narratives that situate the problem of development within the framework of improvements in the field of income, health and education. This research seeks to understand the political significance of the diagnoses and prescriptions based on the understanding that it is necessary to change the budgetary priorities that guide the political actions of almost all the National States.

Among the many suggestions for action are those that advocate the reduction of military expenditures as one of the basic conditions for a global process of expanding development and human security. Declining military expenditures as a prerequisite for improving the chances of expanding human development policies must be read in the light of a given historical context consisting of complex multi-level power games and ever-widening power imbalances.

**Key words:** Military expenditures, human development, poverty.

### **Introdução**

Ao longo de duas décadas e meia (1990-2015), os Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs/PNUD/ONU) têm trazido, para a agenda pública, muitas prescrições sobre o modo de encaminhar ações e procedimentos que possam vir a se constituir em políticas capazes de implantar melhorias na vida das pessoas que vivem em situação de privação e impotência extremadas. Entre as muitas sugestões, feitas aos Estados Nacionais, aos governantes, a sociedade civil e às lideranças políticas diversas, de ações políticas podem ser destacadas algumas, tais como as que estão relacionadas aos esforços na expansão dos investimentos sociais que sejam capazes de melhorar a vida dos mais pobres no que diz respeito ao acesso à renda, à educação, ao saneamento, à moradia adequada, à saúde de modo geral. O objeto deste estudo, que faz parte de uma pesquisa documental maior, em andamento, sobre os Relatórios do Desenvolvimento Humano, encomendados e encampados pelas Nações Unidas, são tanto as prescrições, contidas nos RDHs, de diminuição dos gastos militares quanto os diagnósticos sobre as impossibilidades de combater a pobreza e as desigualdades sem que ocorram processos de redução das despesas militares do mundo atual.

Os RDHs têm apontado, desde a década de 1990, que são muitas as necessidades de redimensionar as despesas públicas em favor dos mais pobres. Estes documentos têm construído muitos argumentos e narrativas que comparam os gastos militares com as despesas nas áreas sociais. Veja-se um exemplo:

“O Usbequistão, por exemplo, gasta acima de dez vezes mais em subsídios ao consumo de combustíveis fósseis do que na saúde (32% do PIB contra 2,5%), enquanto o Iraque gasta 20% do PIB em subsídios

ao consumo de combustíveis fósseis, por comparação com menos de 5% na educação” (PNUD/RDH, 2011, p.97).

Alcançar o desenvolvimento humano e a segurança humana demanda a construção de fundos de financiamentos para as políticas sociais que sejam capazes de abarcar também os povos mais pobres. Os formuladores dos RDHs atestam que só há uma maneira de obter esses aportes: redefinir as prioridades de aplicação dos recursos e estabelecer objetivos claros ao definir os orçamentos públicos. As metas parecem sempre como inteiramente desafiadoras, porém exequíveis. Isto ocorre porque os que produzem tais documentos evitam enfrentar os muitos interesses envolvidos na redistribuição dos recursos. Os desequilíbrios de poder que existem entre os grupos que controlam e demandam mais e mais recursos não são suficientemente expostos nos relatórios. Veja-se o trecho abaixo:

“• *Recortar los gastos militares*, decretando recortes del 3% al 4% anual. • *Aumentar las inversiones sociales*, utilizando los ahorros derivados de los recortes en los gastos militares para enfrentar problemas sociales urgentes a nivel nacional. • *Asignar una partida para la ayuda*, de por lo menos el 25% de los ahorros” (PNUD/RDH, 1991, p.192).

Parte-se, nesta pesquisa, do pressuposto de que o grande problema que afrontam as sugestões postas nos RDHs é a ausência de uma reflexão mais apurada sobre os desequilíbrios de poder tanto em cada nação, especificamente, quanto entre os diversos países. A distribuição extremamente desigual de poder local, regional, nacional e internacional é a grande barreira que obstaculiza um redirecionamento dos recursos públicos para aquelas políticas que poderiam potencializar o desenvolvimento humano. Qual poderia ser a explicação para a situação mencionada abaixo senão os desequilíbrios de poder mundial que faz com que Estados mais ricos decidam encaminhar ajudas para aqueles países que lhe são interessantes estrategicamente. Ainda que estes países não utilizem adequadamente tais recursos.

“O subfinanciamento crônico da ajuda é um reflexo de prioridades distorcidas na despesa pública. A segurança colectiva depende cada vez mais do ataque às causas subjacentes da pobreza e desigualdade. Todavia, por cada 1 dólar gasto em ajuda, os países ricos afectam outros 10 dólares aos orçamentos militares.” (PNUD/RDH, 2005, p.8).

## 2.- Marco Teórico

Os RDHs estão pondo em evidência uma série de mudanças que têm ganhado corpo internacionalmente desde o fim da Guerra Fria. Aliás, o fim desta coincide com o início da feitura dos referidos relatórios em 1990. Há um ambiente internacional (Leffort, 2000; Ballesteros, 2014; Cravo; 2009; Elias, 1991; Pureza, 2009; Devin, 2009) marcado por protocolos que, supostamente, devem ser cumpridos por todos os países signatários de diversas metas. Tais protocolos, indicações e metas só podem ser compreendidos a partir de uma perspectiva sócio-histórica que torna possível entender porque, neste momento, emergem recomendações como estas que estão presentes nos RDHs. Entre os diversos objetivos estão os de subtração do aporte armamentista e da belicosidade no mundo hoje, o que resultaria em economias estrondosas de verbas que poderiam ser direcionadas à formação de fundos para financiar o desenvolvimento humano.

Esta análise parte do pressuposto de que o Estado pode estar orientado para o desenvolvimento econômico de modo a favorecer somente alguns interesses, sem se voltar para quaisquer interesses coletivos. Ele pode também acenar com algumas políticas que favorecem parte dos segmentos mais pobres, sem, no entanto, redirecionar as suas ações em favor do desenvolvimento e da segurança humana. Giorgio Agamben (2014, p.6) diz que a “obsessão do desenvolvimento é tão eficaz no nosso tempo porque coincide com o projeto biopolítico de produzir um povo sem fratura”.

Em alguns momentos de suas narrativas, os elaboradores dos RDHs não se atêm ao fato de que os Estados podem estar orientados para o desenvolvimento sem ter qualquer compromisso com a segurança humana e com as práticas de governança democrática. Onde não existem processos de distribuição de poder, os quais definem por excelência as sociedades democráticas, os governos, o poder público e o Estado não estarão direcionados para a construção do desenvolvimento social e humano. No caso da América Latina, onde são difíceis as possibilidades de ocorrerem processos de distribuição do poder, como construir “Estados orientados para o desenvolvimento” (PNUD/RDH, 2013, p.67)? Que tipos de Estados seriam estes?

Há, nos RDHs, a possibilidade de busca, ainda que em ritmos diferentes, nos diversos países, da diminuição das disparidades e da pobreza. Entre 2000 e 2015 constata-se uma narrativa que leva à suposição de que a população estava sendo, pouco a pouco, integrada à vida social, ao Estado e às instituições através de um processo de

ampliação da seguridade humana. Daí, a crença na viabilidade de diminuir os gastos militares para que os Estados ampliassem as despesas sociais.

Ao lerem-se os argumentos presentes nos RDHs, observa-se que eles aparecem mais voltados para elencar os elementos indicadores de avanços rumo à segurança humana. As prescrições de ações e procedimentos feitas aos Estados e à sociedade civil estão carregadas de otimismo que tendem a demonstrar que os desafios inerentes às desigualdades à pobreza multidimensional (Sen, 2010) estão sendo superados. Eles visam criar uma expectativa bastante positiva acerca do que vem ocorrendo, no âmbito social e político no eixo sul.

Assinale-se que são distintas as razões e os motivos pelos quais os segmentos progressistas e conservadores exigem o cumprimento desses protocolos internacionais que versam sobre os ajustes dos orçamentos e dos recursos destinados às despesas militares. Pode-se defender a necessária redução de armamentos naquelas regiões tidas como perigosamente voltadas para potencializar o terrorismo e a insegurança para outros povos e nações, mas, ao mesmo tempo, não questionar o fato de alguns países acumularem armas e se dedicarem a belicosidades de toda natureza (Elias, 1991). É um tipo de mentalidade que resulta daquilo que Wright Mills (1981) denominou de “espírito conservador”. Para as posturas derivadas de tal espírito, alguns povos armados representam perigo, outros não (Elias, 1998).

### **3.- Metodologia**

Por meio de uma pesquisa documental histórico-hermenêutica é possível compreender, por meio dos argumentos e narrativas contidos nos respectivos documentos, os significados das proposições políticas presentes nos RDHs. Em muitas ocasiões, uma das críticas que recaem sobre os RDHs globais é que eles contêm um conjunto de diagnósticos e de prescrições muito genéricos, visto tratar-se de orientações políticas que valem para diversos países e continentes. Quanto à questão da pobreza, das desigualdades, das políticas sociais, do envolvimento da sociedade civil, do papel do Estado, dos investimentos públicos, das agendas de ações e de estratégias para ampliar a renda, o acesso à educação, à saúde, à moradia adequada, ao saneamento básico e à água potável, nota-se que as recomendações são amplíssimas e voltadas a alcançar um número maior possível de países. Perdem-se, assim, os entraves e os bloqueios provenientes de cada contexto sócio-histórico e político.

Com relação às recomendações tanto para contenção das despesas militares quanto para o aumento dos demais gastos para financiar o desenvolvimento humano, os elaboradores dos RDHs parecem mais preocupados em demarcar as especificidades que existem em cada local. Ou seja, eles assinalam as singularidades que existem, entre os diversos países, em relação ao montante de recursos que são endereçados a esses gastos. Os países com baixo, médio ou alto índice de desenvolvimento humano, geralmente, despendem percentuais muito distintos de verbas para o setor militar.

“El África al sur del Sahara (...) el gasto militar en la región asciende ahora a unos 8.000 millones de dólares. El Asia meridional no está mejor: en 1994 destinó 14.000 millones de dólares al gasto militar, en tanto que 562 millones de sus habitantes vivían en la pobreza absoluta” (PNUD/RDH, 1996: 82).

As análises dos documentos devem revelar o modo como são articuladas as narrativas e os contextos sociais retratados. Por que os documentos reiteram a necessidade de indicar que há variação, nos diversos contextos, nas distorções entre os gastos militares e gastos sociais? Há motivos políticos de grande monta. Assim, os RDHs produzidos e divulgados entre 2000 e 2015 vão insistir na necessidade de que os Estados nacionais coloquem em suas agendas a discussão sobre o nível das distorções que existem entre as muitas prioridades orçamentárias. São sugestões que permeiam quase todos os RDHs, mas de maneira um pouco acanhada, dada a complexidade que é tocar em algo, como as despesas militares, que são da alçada dos Estados nacionais e fazem parte, até mesmo, de prerrogativas de cada país em razão de seus projetos de soberania.

#### **4.- Desenvolvimento humano e diminuição dos gastos militares nos documentos pesquisados: algumas diretrizes predominantes**

Os elaboradores dos relatórios parecem apostar na capacidade de os dirigentes globais, regionais e locais tomarem decisões racionais que poderiam ser expostas na seguinte fórmula: é melhor para todos os segmentos e grupos sociais que haja a expansão do desenvolvimento humano. Assim, deveria ser incontestável que a redução das despesas militares e a aplicação de tais recursos economizados em políticas de segurança humana – a qual não pode mais ser pensada como segurança nacional e

territorial, mas sim como uma política que garanta às pessoas alimentação, água potável, instrução, saneamento, moradia, acesso à justiça e direito de estar a salvo de violências de maneira geral – é, racionalmente, o melhor caminho que a humanidade poderia seguir na atualidade. Veja-se o que trazem os documentos:

*“Centrar las energías nacionales e internacionales en metas esenciales: esto es lo que muestra la experiencia de los últimos 30 años, la cual indica que la escasez de recursos a menudo se presenta como excusa, cuando en realidad se trata de que no se han asignado correctamente las prioridades”* (PNUD/RDH 1995, p.21-22).

*“Vivimos también en un mundo de inquietantes contrastes: donde tantos padecen hambre, pero hay tanta comida que se desperdicia; donde tantos niños no viven lo suficiente para disfrutar de su infancia, pero hay tantas armas que no son necesarias”* (PNUD/RDH, 1994, p.2).

Ao fazer esse conjunto de sugestões, os autores dos Relatórios do Desenvolvimento Humano acabam construindo um conjunto de argumentos que não consideram as irracionalidades (fantasias e sonhos acerca de superioridades étnicas, raciais, religiosas, grupais, sonhos de manter posições de preponderância sobre povos e regiões inteiras, perspectivas negativas sobre pessoas e grupos sociais, expectativas de sobrepor-se a todos e a tudo, a medos, receios, ódios e outros sentimentos que têm sido estimuladores de violências, guerras e conflitos) presentes nas decisões de expandir e/ou manter as exorbitantes despesas militares.

Constata-se, ainda, que as narrativas postas nos relatórios na forma de diagnósticos e prescrições para conter gastos militares e aplicá-los em políticas de desenvolvimento humano não lidam com a concentração e os desequilíbrios de poder existentes na atualidade. Por essa razão, as sugestões de ações e procedimentos parecem, sempre, inexecutáveis à luz das correlações de forças e dos atuais desequilíbrios de poder entre Estados, países, povos, instituições, associações, grupos organizados da sociedade civil e segmentos sociais diversos.

*“Si un gobierno está más preocupado por su plantilla militar que por su población, ese desequilibrio se demuestra en la relación entre gasto militar y gasto social. Los dos países con mayor relación de gasto militar a educación y salud en 1980 fueron el Iraq (8 a 1) Y Somalia (5 a 1)”* (PNUD/RDH 1994, p.37).

*“Em 1999, os governos da África Subsaariana dedicaram 7 mil milhões de dólares às despesas militares. Seria essa a escolha certa das*

prioridades, para um continente com necessidades tecnológicas tão urgentes noutras áreas?” (PNUD/RDH, 2001, p.101).

Os que possuem posições de poder é que decidem aplicar maiores recursos naquelas áreas que garantam posições de domínio e de preponderância perante outros Estados e grupos sociais. Nota-se que as prioridades orçamentárias voltadas para o setor militar e não para o desenvolvimento humano estão relacionadas, essencialmente, ao quantum de poder possuem os grupos que se beneficiam da destinação de enormes frações do orçamento público para aparatos bélicos.

“Os povos da terra encontram-se, hoje, perante a tarefa alternativa de contribuir gradualmente para a renúncia às instituições bélicas tradicionais, mediante a sua auto-restrição voluntária e, eventualmente, também pela subordinação voluntária à arbitragem da humanidade. (...) Todavia, (...) a tarefa de uma pacificação da humanidade (...) assente em decisões voluntárias, começa por afigurar-se insolúvel” (Elias, 1991, p.100).

Segundo Norbert Elias (1991), na segunda metade do século XX os Estados militares (Rússia, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França entre outros) estão de tal modo organizados que consideram ser conveniente e indispensável encaminhar parte expressiva de seus orçamentos para despesas bélicas. Ainda que os formuladores dos RDHs afirmem ser possível, em algumas situações, que esses Estados reduzam os recursos destinados às armas e guerras, a fim de criar um fundo mundial para a aplicação no desenvolvimento humano, fica evidenciado que esse desafio é um dos mais difíceis de ser enfrentado.

“Em todo o mundo, as despesas militares ultrapassaram 1,4 bilhões de dólares em 2010, mais do que o PIB combinado dos 50 países mais pobres do mundo. (...) A consolidação efetuada através de uma maior eficiência e da redução de subsídios aos combustíveis fósseis, por exemplo, poderia permitir deixar praticamente intocadas as despesas sociais” (PNUD/RDH, 2013, p.22).

Os relatórios alertam os governantes que é notório que, até mesmo nos países do eixo sul, as limitações financeiras não impedem desperdícios de recursos enormes com despesas bélicas. Muitos países insistem que necessitam de ajuda, mas tais ajudas, muitas vezes, não vão para o combate à mortalidade de crianças. Há, segundo os produtores do relatório de 2005, uma disparidade brutal entre o que é investido em políticas de combate à pobreza, à exclusão e à miserabilidade e o que é destinado às despesas militares.

“Uma recente investigação transversal a países, acerca da mortalidade neonatal, identifica um conjunto de intervenções que, com 90% de cobertura em 75 países de elevada mortalidade, poderiam reduzir as taxas de mortalidade em 59%, poupando 2,3 milhões de vidas. O custo de 4 mil milhões de dólares representa o equivalente a dois dias de despesas militares, nos países em desenvolvimento” (PNUD/RDH, 2005, p.33).

Desde a década de 1990, os documentos vêm alertando para a necessidade de comparar o quanto dos recursos públicos os Estados destinam a gastos sociais com o quanto despendem nas áreas relacionadas às despesas militares. Todavia, tais comparações eram mais superficiais nos primeiros dez documentos publicados pelo PNUD no decorrer da década de 1990. Na primeira década de 2000 era perceptível que os autores dos documentos não tinham outro caminho senão passar a fazer, de modo mais direto e conciso, comparações dos gastos sociais com os gastos<sup>1</sup> militares<sup>2</sup>.

Os formuladores dos RDHs insistem que tais comparações eram extremamente instrutivas (PNUD/RDH, 2005) à medida que davam mais clareza às observações contidas nos relatórios, as quais advertiam governantes, lideranças políticas, em geral e da sociedade civil que a desproporcionalidade entre tais gastos só demonstrava o quanto as políticas relacionadas ao desenvolvimento humano (Sen, 2006; 2010, 2011; UL Haq, 1995) estavam ainda em compasso de espera em várias partes do mundo. “Em qualquer avaliação das ameaças para a vida humana, há uma extraordinária desproporção entre orçamentos militares e necessidades humanas” (PNUD/RDH, 2005, p.94). Em vários momentos, os documentos chamavam a atenção para o fato de que “A quantia que os países ricos gastam actualmente com o VIH/SIDA, uma ameaça à segurança humana

---

<sup>1</sup> Sobre as despesas militares e as suas implicações sociais, políticas e econômicas, ver: (Azzelini, 2012; Brustolin, 2009; Mills, 1998; Soares e Mathias, 2002; Sweezy e Baran, 1966; Sweezy, 1973; Szymanski, 1973).

<sup>2</sup> Não se deve desconsiderar que os gastos militares são muito difíceis de aferir. Todos os anos as Nações Unidas tentam levantar tais despesas nos diversos países que compõem o sistema das Nações Unidas, mas há um déficit enorme de informações disponíveis. Tanto isto é verdade que os relatórios se apoiam, principalmente, nos dados levantados pelo Instituto Internacional de Estudos para a Paz (SIPRI) localizado na Suécia.

que custa 3 milhões de vidas por ano, representa a despesa de três dias em equipamento militar”<sup>3</sup> (PNUD/RDH, 2005, p.94).

Não se deve supor, de modo algum, que os elaboradores dos RDHs da década de 2000 e da de 2010 tentam passar uma visão idílica da possibilidade de que sejam mudadas as prioridades orçamentárias em favor dos mais pobres. Quanto mais o tempo avança, a partir de 2000, ano em que as metas, condensadas na Declaração do Milênio (2000), foram assinadas pelos países componentes do sistema das Nações Unidas, mais os elaboradores dos RDHs percebem como certo que o mundo está cada vez mais distante de alcançar melhorias para os que vivem em situação de pobreza extrema<sup>4</sup>.

“Se o aumento de 118 mil milhões de dólares na despesa militar, entre 2000 e 2003, tivesse sido afectado à ajuda, a ajuda ao desenvolvimento representaria agora cerca de 0,7% do RNB [Renda Nacional Bruta] dos países ricos. Apenas 4 mil milhões de dólares – cerca de 3% do aumento da despesa militar é o necessário para financiar intervenções básicas de saúde que poderiam prevenir as mortes em 3 milhões de bebés por ano” (PNUD/RDH, 2005, p.94-5).

Adiantando-se às muitas alegações sobre as impossibilidades, no momento atual, de avarar qualquer possibilidade de diminuição dos gastos militares em razão, principalmente, dos ataques terroristas<sup>5</sup>, os autores do RDH de 2005 (p.95) se perguntavam: “como saber se o progresso militar é a resposta mais eficaz”? É evidente que esta indagação refere-se à questão da segurança definida em razão não somente da segurança física, mas também da segurança humana, a que não pode existir se uma parte das pessoas vive mergulhada na pobreza e na miserabilidade profundas, sem acesso à educação, saúde, moradia, saneamento, alimentação e água potável (Ballesteros, 2014; Furtado, 1999; 2002). Não há dúvida de que a noção de segurança humana (Cravo, 2009; Pureza, 2009) que aparece já no RDH de 1994, é orientadora da busca por outra orientação dos gastos públicos nos relatórios subsequentes.

“A segurança humana exige atenção a todos os riscos do desenvolvimento humano. (...) Abrange a protecção contra ameaças

---

<sup>3</sup> Sobre as tensões geradas pelo debate acerca das despesas militares pode-se mencionar o documento intitulado Consenso da Costa Rica. São muitas as disputas e interesses que giram em torno deste tema. Ver: (Nações Unidas. Consenso de Costa Rica, 2008).

<sup>4</sup> Sobre as condições de pobreza e desigualdades no mundo atual e como é possível operacionalizar as discussões sobre elas a partir das ideias de Amartya Sen sobre desenvolvimento humano, ver: (Therborn, 2001).

<sup>5</sup> Sobre isto, ver: (Baltazar, 2000; Carilho, 2007; Azzellini, 2012).

crônicas, como a fome, a doença e a repressão, e a proteção contra perturbações súbitas e nocivas dos padrões da vida diária – sejam elas decorrentes de violência, terremotos ou crises financeiras. Este vasto conceito de segurança humana contrasta com uma abordagem mais antiga e restrita que tinha como públicos-alvo os militares e os trabalhadores humanitários” (PNUD/RDHs, 2010, p.32).

As prescrições de políticas que levem ao desenvolvimento humano têm partido, segundo os formuladores dos RDHs de um outro paradigma de segurança, a qual tem de ser vista como algo derivado da diminuição da pobreza, da desigualdade e das exclusões. Rechaçam-se, então, os pressupostos centrados numa noção de segurança que se encerrava em elementos territoriais, geográficos, físicos. Ao advogar a necessidade de que fosse gerado um outro paradigma, punham eles em evidência que era necessário expor, em relação a todos os países e não somente em relação a alguns, as distorções no que tange aos gastos públicos. No limiar do século XXI parece, então, ser necessário comparar as muitas despesas feitas pelos Estados e governos. Tal comparação “entre investimentos na área militar e investimentos na sobrevivência, na subsistência e na dignidade das pessoas” (PNUD/RDH, 2010, p.32) passa a ganhar proeminência nos RDHs.

O paradigma tradicional enquadrava a segurança como a proteção dos limites territoriais de um país e a variável focal era a agressão territorial. O novo paradigma da segurança humana desloca a unidade de análise dos territórios para as pessoas que neles vivem e analisa as diversas ameaças que podem minar-lhes a segurança, a dignidade e a subsistência. (...)” (PNUD/RDH, 2010, p.32).

Entre todos os RDHs publicados desde 1990, o de 2013 é o que traz elementos mais substantivos acerca da correlação existente entre a não-diminuição dos gastos militares e as dificuldades para a implementação de políticas sociais voltadas à expansão do desenvolvimento humano. Há nele uma série de críticas aos cortes que têm sido feitos nos gastos sociais enquanto se assiste a uma vagareza espantosa nos cortes das despesas militares, dos subsídios aos combustíveis fósseis (PNUD/RDH, 2013, p.22) e de outros gastos que não favorecem, jamais, os mais pobres.

“É preciso que as perspectivas sobre a segurança abandonem uma ênfase errônea colocada na força militar em benefício de um conceito equilibrado centrado nas pessoas. Os progressos nesta mudança podem, em parte, ser recolhidos a partir de estatísticas sobre a

criminalidade, especialmente homicídios, as despesas militares” (PNUD/RDH, 2013, p.40).

## **5- Considerações finais**

Entre as muitas propostas de ações políticas (revisão das políticas de subsídios e de doação, combate à corrupção, redução de ajudas a bancos (PNUD/RDH, 2011, p.97) ente outras) que possibilitem ampliar os recursos disponíveis ao desenvolvimento humano, estão aquelas que apontam a necessidade de diminuir os gastos militares no mundo todo. Tanto países pobres quanto países ricos despendem altíssimas somas em despesas militares e seus dirigentes não parecem dispostos a diminuir as verbas destinadas a guerras, armamentos e belicosidades de toda natureza. Isso pode ser verificado nos dados apresentados pelo Instituto SIPRI (SIPRI (Instituto Internacional de Estudos para a Paz – Suécia) nos quais se verifica que, no ano de 2014, os gastos militares mundiais diminuiriam muito pouco, ou seja, por volta de 0,4% (SIPRI/YEARBOOK (2015).

É por essa razão que os formuladores do RDH de 1991 (p.33) dizem que “los actores externos del desarrollo pueden plantear problemas políticos profundos, tales como los que rodean la reforma agraria o los gastos militares”. E “Si los países industriales redujeran sus gastos militares en un 3% anual, esto significaría US\$25.000 millones al año” (PNUD/RDH, 1991, p.35). Eles insistem que essa economia de recursos destinados aos gastos militares é condição imprescindível para o desenvolvimento humano, pois “en algunos de los países más pobres, se gasta el doble en asuntos militares que en salud y educación, como es el caso de Angola, Chad, Pakistán, Perú, Siria, Uganda y Zaire” (PNUD/RDH, 1991, p.24).

Como todas essas medidas demandam quantias expressivas de recursos e fundos, as equipes que produzem os relatórios buscam indicar alguns caminhos para formá-los. Discutem assim maneiras de economizar verbas em alguns setores para poder aplicá-las em outros. Com este intuito é que, ao longo das décadas de 1990, 2000 e 2010, insistem que é imprescindível que os diversos países (ricos e pobres) corrijam as distorções em seus orçamentos de modo a direcionar parte dos recursos hoje aplicados em armamentos, guerras e outras despesas militares às políticas que levem ao desenvolvimento humano, entendido como aquele capaz de produzir melhorias sociais, econômicas e políticas, reais, na vida das pessoas mais pobres.

Entre muitas outras questões tratadas nos RDHs da primeira metade da década de 2000 estão aquelas relacionadas aos prejuízos sociais oriundos das altas quantias despendidas com os gastos militares, além das que ressaltam a necessidade da redução de tais despesas em todos os países do mundo, uma vez que os dispêndios em armamentos bélicos empregam recursos que poderiam ser utilizados em ajudas internacionais comprometidas, de fato, com políticas capazes de levar ao desenvolvimento humano. O RDH de 2005 é o que detalha, de modo mais enfático, os efeitos da não diminuição dos investimentos em áreas militares. As consequências aparecem como drásticas para a humanidade como um todo. Todos perdem, já que a insegurança derivada da militarização crescente espalha perigos e riscos por todos os cantos.

Todavia, os formuladores do RDH de 2005 demonstram que muitos países extremamente pobres (Uganda, Congo, Ruanda), despendem, apesar de seus poucos orçamentos, somas altíssimas com despesas militares. São países, o Congo por exemplo, mergulhados, há décadas, em conflitos que parecem insolúveis e com potencial de engolfar na guerra muitas outras nações que circundam essas regiões envoltas em conflitos armados diversos (RDH, 2005, p.158). Neste caso, muitos países direcionam, internamente, muito mais recursos para atividades de guerra do que para áreas de saúde e de educação.

Assinala, a equipe produtora do RDH de 2005, que as guerras civis vêm consumindo orçamentos expressivos, com consequências nefastas para a vida dos mais pobres que não veem atendidas as suas necessidades mais básicas como moradia, saúde e educação. Os custos da guerra incidem diretamente sobre o desenvolvimento humano pelo fato de que, “em média, uma guerra civil resulta no dispêndio de mais 1,8% do PIB com a despesa militar. Trata-se de recursos que podiam ser empregados de modo mais produtivo noutros sectores, como a provisão de serviços sociais e a criação de infraestruturas econômicas” (PNUD/RDH, 2005, p.160).

As guerras civis e conflitos afetam o desenvolvimento humano tanto no nível macrossocial quanto microssocial. Os custos no plano mais expandido relacionam-se ao não-direcionamento de recursos para melhorias sociais, de modo geral. No âmbito mais reduzido, os custos das guerras e dos conflitos destroem a vida cotidiana dos indivíduos, tornando-os cada vez mais pobres. Como o desenvolvimento humano pressupõe melhorias na renda das pessoas mais pobres, todo processo relacionado ao clima, à guerra, à perseguição, às disputas e brigas familiares e religiosas reflete negativamente

na vida daqueles cujas condições de sobrevivência dependem de suas atividades comerciais.

Enfim, a pesquisa sobre os RDHs no que tange aos seus diagnósticos e prognósticos acerca da necessidade de redefinir as prioridades orçamentárias tem detectado que as impugnações às despesas militares são frágeis porque se esbarram numa dificuldade que é patente nos referidos documentos, a saber, o enfrentamento do desequilíbrio de poder existente no mundo atual que impossibilita uma redefinição das agendas públicas relacionadas à economia de recursos e a sua distribuição para as áreas capazes de impulsionar o desenvolvimento humano. Os desequilíbrios de poder, no interior dos países, somados à concentração do poder nas mãos de países e grupos sociais controladores do capital financeiro e tecnológico que têm a capacidade de pressionar os Estados para que aceitem suas demandas, são os principais empecilhos às agendas das Nações Unidas e ao cumprimento das ações e procedimentos que poderiam levar aos processos de construção de uma maior segurança humana em várias partes do mundo.

## 6. - Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é um povo? Análise de uma fratura biopolítica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 nov.2014. Caderno Ilustríssima, p. 6.

Azzellini, D. (2012). América Latina y la privatización de la guerra. *Cuaderno de Marte: Revista Latino Americana de Sociología de la Guerra*, 4, 247-262. Disponível em: <http://www.iigg sociales.uba.ar/revistacuadernodemarte> Acesso em: 24/02/2016.

Ballesteros, J. (2014). Segurança humana, direitos e políticas públicas. *Direito & Justiça*, 40, 30-38.

Baltazar, M. S. (2000). O Estado das relações civis-militares em democracia. In *Anais do IV Congresso português de sociologia*. Portugal, 17 a 19 de abril de 2000. Disponível em: [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/) Acesso em 12/02/2017.

Brustolin, V. M. (2009). *Abrindo a caixa preta: o desafio da transparência dos gastos militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, UFRJ/IE/PPED, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pós-garduacao/pped/defesa> Acesso em 20/02/2017.

Carilho, M. (2007). *Principais tendências na Sociologia Militar*. Disponível em [http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2934/1/ned07\\_mariacarilho.pdf](http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2934/1/ned07_mariacarilho.pdf) Acesso em 16/02/2016.

Cravo, T. de A. (2009). O conceito de segurança humana: indícios de uma mudança paradigmática? In Nasser, R. M. (org.) *Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões* (pp.67-88). São Paulo: Unesp.

Devin, G. (2009). *Sociologia das relações internacionais*. Salvador: UFBA.

Elias, N. (1991). A condição humana: considerações sobre a evolução da humanidade por ocasião do quadragésimo aniversário do fim de uma guerra. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Elias, N. (1998). *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Furtado, C. (1999). A reconstrução do Brasil. *Praga: estudos marxistas*, 8, 9-13.

Furtado, C. (2002). *Em busca de novo modelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Leffort, C. (2000). O direito internacional, os direitos do homem e a ação política. *Tempo Social*, 12, 1-10.

Mills, W. (1981). A ascendência militar. In W. Mills. *A elite do poder* (pp.237-288). Rio de Janeiro: Zahar.

Nações Unidas. Consenso de Costa Rica (2008): Perspectiva costarricense hacia el consenso de Costa Rica: desarrollo como un imperativo ético. Diálogo Regional sobre Financiamento al desarrollo y deuda externa en vísperas de la reunión de alto nivel de la ONU encargada de examinar la aplicación del consenso de Monterrey. Doha. Disponível em: <http://www.sela.org/media/267160/t023600002881-0-hacia-el-consenso-de-costa-rica-desarrollo-como-un-imperativo.pdf> Acesso em 24/08/2016.

Nações Unidas. Declaração do Milênio. (2000). Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt> Acesso em 07/05/2017.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. PNUD/RDH (1991): *Relatório do Desenvolvimento Humano: Financiamento do Desenvolvimento Humano*. PNUD/ONU. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1991> [Acessado em 02/02/2016]

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. PNUD/RDH (1992): *Relatório do Desenvolvimento Humano: Uma nova visão sobre o desenvolvimento humano internacional*. PNUD/ONU. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1991> [Acessado em 03/03/2016]

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. PNUD/RDH (1994): *Relatório do Desenvolvimento Humano: Um programa para a cúpula mundial sobre desenvolvimento humano*. PNUD/ONU. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1994> [Acessado em 20/01/2016]

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. RDH (1995): *Relatório do Desenvolvimento Humano: La revolución hacia la igualdad en la condición de los sexos*.

PNUD/ONU. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1995> [Acessado em 12/01/2016]

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. PNUD/RDH (2001): Fazendo as novas tecnologias trabalharem para o desenvolvimento humano. PNUD/ONU. Disponível em: <http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2002/download/pt>. Acessado em 02/06/2016.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. PNUD/RDH (2005): Cooperação internacional numa encruzilhada. PNUD/ONU. Disponível em: <http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2005/download/pt> Acessado em: 08/07/2016

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. PNUD/RDH (2010): Relatório de Desenvolvimento Humano: A verdadeira riqueza das nações: caminhos para o desenvolvimento humano. PNUD/ONU. Disponível em: <http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2010/download/pt>.> Acessado em: 11/06/2016

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. PNUD/RDH (2011). Relatório de Desenvolvimento Humano: Sustentabilidade e equidade: um futuro melhor para todos. PNUD/ONU. Disponível em: <http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2011/download/pt> Acessado em: 11/07/2016

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. PNUD/RDH (2013): A ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado. PNUD/ONU. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh>.> Acessado em: 20/08/2016.

Pureza, J. M. (2009). Segurança humana: vinho novo em odores velhos? In Nasser, Reginaldo M. (org.) *Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões* (pp. 21-33). São Paulo: Unesp.

Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras.

Sen, A. (2006). *El valor de la democracia*. Madrid: El Viejo Topo.

Sen, A. (2011). *A ideia de justiça*. São Paulo: Cia das Letras.

Sipri Yearbook (2015). Military Expenditure. Disponível em: <HTTPS://www.sipri.org/yearbook/2015/09> Acessado em 05 ago. 2016.

Soares, S. A. e MATHIAS, S. K. (2002). Forças armadas, orçamento e autonomia militar. *Perspectiva*, 24/25, 85-113.

Sweezy, P. & Baran, P. (1966). *Monopoly capital – an essay on the american economic and social order*. New York: Monthly Rewiew Press.

Sweezy, P. (1973). Comments on Szymanski's paper "Military spending and economic stagnation". *American Journal of Sociology*, 79, 109-110.

Szymanski, A. (1973). Military spending and economic stagnation. *American Journal of Sociology*, 79, 1-14.

Therborn, G. (2001). Globalização e desigualdades: questões de conceituação e esclarecimentos. *Sociologias*, 6, 122-169.

Ul Haq, M. (1995). *Reflections on Human Development*. Nova York: Oxford University Press.